

**Agenda de Ações
2008
Políticas Públicas de Coleta Seletiva com
Integração dos Catadores
Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo**

- 1-Introdução
- 2-Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo
- 3-Situação dos resíduos sólidos na cidade São Paulo
- 4-Iniciativas em nível federal, estadual e municipal
- 5-Benefícios para a cidade da coleta seletiva com inclusão de catadores para a cidade
- 6-Pressupostos do Programa de Coleta Seletiva com Inclusão dos Catadores
- 7-Propostas
 - . Modelo de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos
 - . Capacitação dos catadores
 - . Remuneração dos catadores
 - . Mapeamento da situação do conjunto dos catadores
 - . Áreas para as cooperativas
 - . Condições de Trabalho e Logística
 - . Políticas Públicas e Direito ao Trabalho
 - . Conselho Gestor Deliberativo
 - . Adesão da População ao Modelo de Coleta Seletiva com Catadores
- 8- Instituições que assinam a Agenda de Ações

1. Introdução

No dia 28 de novembro de 2007, representantes de instituições (relacionadas ao final), totalizando 101 pessoas participaram do Encontro Política Pública de Coleta Seletiva com Integração dos Catadores: Movimento de Nacional Catadores de São Paulo – MNCR, organizações não governamentais, órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal, representantes de associações industriais e do poder legislativo.

O Encontro foi realizado pelo Pólis - Instituto de Estudo, Formação e Assessoria em Políticas Sociais e co-promovido pelo Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis – MNCR, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, ABES – Fórum Lixo e Cidadania do Fundação AVINA.

Os participantes formularam um conjunto de diretrizes, ações e estratégias para a implementação de uma **política municipal integrada de coleta seletiva com a inclusão de catadores, no marco do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo**. Estas propostas constituíram-se numa plataforma política denominada **Agenda de Ações** para uma Política Pública de Coleta Seletiva com Inclusão dos Catadores.

A intenção das instituições que assinam este documento é abrir um amplo debate público junto aos candidatos à Prefeitura da cidade e à Câmara de Vereadores no sentido da co-responsabilização com vistas a consecução desta Agenda de Ações. Esta Agenda também contém propostas de ações para o setor empresarial: indústria da reciclagem, empresas produtoras de bens e serviços e ligadas ao comércio em geral. Neste sentido também serão investidos esforços para mobilizar este setor para implementação das mesmas.

Os conteúdos desta Agenda de Ações estão inteiramente afinados com as diretrizes da Agenda 21, com a Carta da Terra e com as Metas do Milênio.

Este documento se inscreve no marco do processo iniciado em 2000 quando se criou o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, cujos objetivos centrais eram e continuam sendo: construir de forma compartilhada a gestão socioambiental de resíduos sólidos para São Paulo; estruturar em conjunto com a prefeitura um sistema público de recuperação de resíduos com a integração dos catadores de materiais recicláveis; mobilizar a sociedade civil para a prática dos 3 Rs - reduzir, reutilizar e reciclar.

2. Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo

- O Fórum é composto pelas instituições que se declaram participantes do mesmo, podendo incluir permanentemente novas instituições.
- É aberto para recolher contribuições e promover a participação de outras entidades e personalidades em suas atividades.
- Atua em âmbito municipal, com visão metropolitana, sendo aberto à participação de atores da Região Metropolitana de São Paulo que tenham interesse nas atividades do Fórum.
- O Fórum é, fundamentalmente, um espaço de formulação e negociação de propostas de ação entre seus componentes, garantindo-se às instituições que o integram autonomia na execução das ações decididas.
- Sua atuação é voltada para o comprometimento dos diferentes níveis de governos e demais instâncias do poder público com a implementação de políticas públicas de coleta seletiva com integração dos catadores.
- Exerce também o controle social no processo de implementação das políticas públicas.
- Atua na articulação e mobilização dos atores sociais estratégicos para a implementação de suas propostas e promoção de amplas ações junto à sociedade.
- Articula consultores, técnicos e outros atores no processo de reflexão e debate de propostas.
- Promove a democratização das informações referentes à gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, centralmente da cidade de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo.

3. Situação dos resíduos sólidos na cidade São Paulo

Estimativas apontam a presença 20.000 catadores coletando materiais recicláveis, recuperando uma grande quantidade de matérias primas e recursos naturais que não são computadas nos registros oficiais.

Hoje apenas 1% dos resíduos gerados na cidade de São Paulo está sendo recuperado pelo programa oficial, que integra aproximadamente 1.000 pessoas. Esses números mantêm-se desde 2004. É importante ter em conta que já existem cerca de 150 grupos organizados, 3.000 pessoas com experiência acumulada, prontas para integrarem um sistema público, desde que recebam os devidos recursos para tal, assim como justa remuneração pelo seu trabalho, como já acontece em alguns municípios do país.

O orçamento para 2007, segundo dados do sítio da Prefeitura de São Paulo – Secretaria de Serviços, para coleta convencional e destinação final, sob regime de concessão foi de R\$ 479.085.000,00, (o que representa 55,9% sobre o total R\$ 856.599.598,00 do orçamento). Já o orçamento para a coleta seletiva foi de apenas R\$ 6.707.950, ou seja, de 0,8% sobre o total. Os números indicam a não priorização da coleta seletiva no orçamento da prefeitura.

Assim, tem-se um trabalho produzido por 20.000 catadores sem custos para o poder público municipal. E é essa situação que precisa ser transformada com urgência para que possamos mudar o paradigma de gestão de resíduos sólidos em São Paulo e melhorar a qualidade de vida no município, podendo servir de exemplo para outras cidades do país.

4. Iniciativas em nível federal, estadual e municipal

Dentre as ações mais recentes voltadas para o reconhecimento do trabalho dos catadores e promoção de sua integração na dinâmica das cidades pode-se destacar:

Federal

- 2002 - Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/5192 - Institui o reconhecimento da atividade de catador como ocupação legal.
- 2003 - Criação do Comitê Interministerial para Inclusão dos Catadores, integrado por 11 Ministérios, Bancos Públicos e Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis.
- 2003 - Criação da Campanha Selo Amigo do Catador de Materiais Recicláveis.
- 2004 - Implementação do sistema de coleta seletiva solidária na esplanada dos ministérios.
- 2005 - Elaboração da “Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis”, com participação do MNCR, que serviu de referência para a criação de uma linha de investimentos para estruturação de cooperativas de catadores em todo o país (um posto de trabalho de catadores custa cerca de R\$ 3,9 mil e abrir uma pequena pizzaria e contratar um funcionário custa cerca de R\$ 5,5 mil).
- 2006 – Decreto N° 5940, pela Presidência da República que determina que todos os órgãos públicos federais, em todo o Brasil (217 órgãos, 10 mil prédios, 1.400 municípios), implementem a coleta seletiva e destinem os resíduos às organizações de catadores.
- 2007 – Instituição da Política Nacional de Saneamento, Lei N° 11.445/07.
- 2007-08 - Apoio a diversos projetos de fortalecimento das organizações de catadores pela Petrobrás, FUNASA, BNDES, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Meio Ambiente, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil.

Estadual

- 2006 - Instituição da Lei N° 12.300/06 que cria a Política Estadual de Resíduos Sólidos, Artigo 3, IV e parágrafo único, 9; Artigo 28, §2°.

Municipal

- 2000 - Comprometimento público dos candidatos à Prefeitura de São Paulo com a Plataforma Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo – documento elaborado por 60 instituições da sociedade civil.
- 2001 - Criação de Grupo de Trabalho Intersetorial – Secretarias Municipais e Fóruns da cidade para elaboração de planejamento estratégico para implantação de programa de coleta seletiva com inclusão dos catadores.
- 2002 - Decreto N° 42.290/02 que instituiu o Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável.
- 2003/04 - Implantação de 15 centrais de triagem operadas por cooperativas de catadores com convênios com o poder público municipal. Os catadores avulsos e o conjunto dos núcleos não foram contemplados.
- 2007 - Decreto N° 48.799/07 que institui: o estímulo à geração de emprego e renda; fomento à formação de cooperativas e associações de catadores e incentivo a ações de educação ambiental.
- 2008 – Emenda à Lei Orgânica N° 30, obrigando os prefeitos a divulgarem um plano de governo com metas detalhadas.
- Entre diversas iniciativas da sociedade com a implementação da coleta seletiva com integração dos catadores destacam-se:
- 2006 - Ação Civil Pública instituída pela Defensoria Pública junto com outras entidades da sociedade que exigem da prefeitura a ampliação do Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável determinando: a integração do conjunto dos catadores na coleta seletiva; instituição de um Conselho Deliberativo para gerir este setor. (A Prefeitura, no período 2005-08, vem adotando ações de higienização social na cidade, sendo constadas inúmeras situações de agressão, discriminação e perseguição aos catadores avulsos e a organizações de catadores.)

- 2007 - Liminar que obriga a Prefeitura a dar continuidade ao programa de coleta seletiva, mantendo os convênios com as 15 cooperativas que integram o programa público e a ampliá-lo.
- 2007 - Ato de mobilização dos catadores, promovido pelo MNCR, com apoio de diversas entidades para entrega da proposta de ampliação da coleta seletiva com inclusão dos catadores.
- 2007 - Documento das Redes das Agendas 21 de São Paulo exigindo a implantação de sistema integrado de gestão resíduos, com ênfase na coleta seletiva de caráter socioambiental.
- 2007 - Apoio das redes da sociedade civil à proposta de investimentos relativos aos recursos do PAC para a reestruturação e ampliação do programa de coleta seletiva oficial.

5. Benefícios da coleta seletiva com inclusão de catadores para a cidade

Benefícios Econômicos

- Redução do custo de operação dos aterros sanitários e da coleta convencional de resíduos sólidos;
- Redução de custos de energia e matérias primas através do aproveitamento de resíduos sólidos;
- Redução do número de ocupações em áreas públicas disponíveis, através do uso de parte destas áreas para a implantação do sistema de coleta seletiva com inclusão de catadores de materiais recicláveis;
- Ampliação do número de cooperativas legalmente constituídas, gerando maior circulação de mercadorias, bens e serviços tributáveis;
- Ampliação do número de postos oficiais de trabalho e renda, num sistema municipal de realização de serviços de coleta de materiais recicláveis;
- Redução de custos com limpeza de margens de rios e córregos;
- Otimização dos recursos e áreas públicas da cidade com a implantação de unidades de coleta seletiva de materiais recicláveis nos ecopontos já existentes e nos futuros.

Benefícios Sociais

- Inclusão, numa primeira etapa, de 3.000 catadores não contemplados pelo sistema de coleta seletiva do município;
- Criação de novas unidades de triagem e beneficiamento para potencializar o trabalho das cooperativas e associações de catadores em toda a cidade e para a inclusão dos catadores avulsos, nas áreas de atuação das diversas Subprefeituras;
- Investimentos em políticas públicas de inclusão social e para instituição da lógica cooperativista na prestação de serviços de limpeza urbana, voltados para a recuperação de resíduos sólidos;
- Mais oportunidades de inserção social e reintegração de catadores e suas famílias aos sistemas educacionais e sociais;
- Construção coletiva e exercício de cidadania e de valores sociais mais solidários.

Benefícios Ambientais

- Preservação e uso sustentável dos recursos naturais através do reaproveitamento de resíduos sólidos – compostagem e reciclagem;
- Aumento da vida útil dos aterros sanitários;
- Redução da emissão de poluentes;
- Preservação dos rios, córregos e mananciais em São Paulo;
- Possibilidade de experiências economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis;
- Possibilidade de implementação concreta de diretrizes da Agenda 21 no município de São Paulo;
- Estimulo à criação gradual de alternativas de reaproveitamento e reciclagem dos mais variados tipos de materiais e recursos naturais;
- Ampliação da consciência ambiental e da participação da sociedade através de mecanismos geradores de renda e trabalho e de educação ambiental.
- Estímulo à coleta e reciclagem de óleo de cozinha usado, minimizando o impacto de seu destino na rede de esgoto.

6. Pressupostos do Programa de Coleta Seletiva com Inclusão dos Catadores

Gestão democrática, participativa e inclusiva com todos/as atores da sociedade para preservação do meio ambiente e políticas sociais para a população.

Equilíbrio da inserção econômica dos catadores por meio da constituição de redes solidárias e auto-gestionárias. Na cidade de São Paulo já está ativa a Rede CataSampa, que representa 800 famílias.

Domínio do processo da cadeia produtiva da reciclagem pelos catadores. O fortalecimento da rede solidária de catadores é que garantirá o domínio do processo produtivo da reciclagem. A partir de pequenos grupos unidos, em uma rede, por uma central de comercialização poderemos fazer uma gestão coletiva com protagonismo do catador.

Os catadores não precisam de assistencialismo e sim de políticas públicas de Estado permanentes.

7. Propostas

Modelo de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

Incluir no sistema de coleta seletiva todos os catadores que atuam na cidade de São Paulo. Numa etapa imediata, integrar aproximadamente 9.000 trabalhadores nas cooperativas que operarem os espaços de coleta, triagem, beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis; estas poderão funcionar em três turnos.

Incorporar paulatinamente catadores avulsos nos espaços de triagem e beneficiamento, definindo estratégias para o fechamento progressivo dos depósitos, ferros velhos e demais intermediários que funcionam ilegalmente, de forma a não provocar a re-exclusão dos catadores que atuam individualmente.

Requalificar o funcionamento das 15 cooperativas que hoje operam as centrais públicas de triagem na cidade de São Paulo, visando a integração dos grupos de catadores que atuam nas imediações das mesmas. Os catadores devem integrar o espaço e dispor da mesma infra-estrutura que estas cooperativas que estão instaladas nestes locais, para potencializar o trabalho desenvolvido e assim ampliar rapidamente os resultados socioambientais e econômicos para a cidade de São Paulo.

Dar total apoio ao crescimento e aprimoramento dessas cooperativas e integrar as cooperativas contratadas aos colegiados de suporte, organização, capacitação e regularização das mesmas.

Criar estrutura para os catadores de forma que possam agregar valor ao seu trabalho.

Construir várias unidades de coleta seletiva, abrangendo as 31 subprefeituras, garantindo a incorporação do conjunto das associações e cooperativas atuantes em cada região, e permitindo a inclusão dos catadores avulsos.

Desenvolver projetos regionais de organização, aprimoramento e inclusão social dos catadores para o funcionamento em rede.

Investir recursos públicos para equipar as unidades de coleta, triagem, beneficiamento e comercialização, e estimular o ingresso de instituições parceiras e patrocinadores.

Superar a situação atual de remuneração baixa e instável em muitos grupos de catadores, para uma renda digna por cooperado por mês.

As cooperativas contratadas poderão buscar apoios nas mais variadas fontes para realizar seu desenvolvimento, em comum acordo com o colegiado regional e dentro das regras contratuais.

Estabelecer, gradativamente, metas de recuperação dos recicláveis por mês em unidade de coleta, triagem, beneficiamento e comercialização.

Criar colegiados regionais de suporte, organização e capacitação, envolvendo os mais diversos atores e parceiros, como o MNCR, os Fóruns, as Ongs, as Associações, as Universidades, as cooperativas e o Poder Público, através das Subprefeituras e Secretarias Municipais de Serviços, do Verde e do Meio Ambiente, da Ação e Desenvolvimento Social, da Saúde, do Trabalho, da Participação e Parcerias e da Educação.

Capacitação dos catadores

Criar e implementar um Programa de Capacitação Continuada e Diferenciada, para as Cooperativas e Associações de Catadores de Material Reciclável, sob a supervisão dos colegiados regionais, buscando o crescimento coletivo e individual, a autonomia e o senso crítico.

Organizar e capacitar as cooperativas e associações para atuarem no âmbito de relações cooperativistas e solidária, de forma autônoma.

A capacitação precisa ser permanente e continuada, para dar conta da alta rotatividade dos trabalhadores.

Educação dos catadores para os diversos aspectos de associação e cooperativismo/catadores avulsos.

Remuneração dos Catadores

Remunerar as associações e cooperativas pelo trabalho realizado, devendo o poder público pagar aos catadores que operarem as unidades de coleta seletiva, triagem, beneficiamento e comercialização em valor equivalente ao custo do serviço.

Remuneração digna pelos "serviços" prestados ao meio ambiente e para a população.

Mapeamento da situação do conjunto dos catadores

Poder público municipal deve realizar o mapeamento das condições de trabalho dos catadores avulsos, e organizados, suas condições de moradia, nível escolar etc, contando com a participação do movimento de catadores.

Áreas para as cooperativas

Poder público municipal deve identificar e ceder áreas públicas (municipal, estadual, federal) para funcionamento das cooperativas e associações por tempo indeterminado.

Poder público municipal deve avaliar áreas que possam ser disponibilizadas ou mesmo locadas, paralelamente à estratégia de obter-se cessão de áreas públicas.

Condições de Trabalho e Logística

Deve ser garantido que todos cooperados estejam uniformizados (EPIs, botas, máscaras, etc.) para trabalharem em condições dignas e seguras.

Estruturar adequadamente o ambiente de trabalho (banheiros, cozinha, escritório, galpão etc.).

Liberar o caminhão da coleta seletiva do rodízio municipal e de outras restrições.

Dar suporte técnico para as cooperativas: instalações elétricas, prensa, balança, empilhadeira.

Otimizar os ecopontos para a coleta seletiva.

Implementar sistema de coleta de óleo de cozinha pelas cooperativas e associações de catadores.

Sugestão de que haja uma legislação específica para orientar a destinação desses materiais às cooperativas.

Políticas Públicas e Direito ao Trabalho

-Exigir metas do poder público para a ampliação do programa de coleta seletiva oficial com inclusão de catadores.

-Articulação dos três setores - governo, sociedade e indústria - para implementação da coleta seletiva municipal assim como ações integradas governo federal, estadual e municipal.

Inclusão nas leis municipais a obrigatoriedade de se destinar para os catadores organizados os resíduos sólidos.

-Pacto de responsabilidade eleitoral (legislatura compartilhada).

-Integrar a Secretaria de Educação e demais secretarias, escolas públicas e privadas em campanhas de apoio à coleta seletiva e aos catadores promovendo a educação ambiental desde o ensino fundamental.

-Descentralizar a gestão dos resíduos para as Sub-Prefeituras – planos municipal e regionais para os resíduos sólidos com inclusão de catadores em que cada Sub-Prefeitura deverá atuar em sua região, fortalecendo os catadores em cooperativas e associações.

-Desenvolver plano organizado de controle social em política pública de meio ambiente e coleta seletiva com catadores.

-Envolver o poder judiciário no controle das políticas públicas.

-Disponibilizar linhas de crédito para grupos de catadores.

Conselho Gestor Deliberativo

Constituir um Conselho Gestor Deliberativo e Paritário para acompanhar a política de coleta seletiva de São Paulo.

Adesão da População ao Modelo de Coleta Seletiva com Catadores

-Organizar e implantar programa contínuo de educação ambiental, com envolvimento e mobilização da população paulistana para que participe ativamente do programa de coleta seletiva e separe, na fonte, os resíduos recicláveis os destine aos catadores, conforme o interesse das cooperativas e associações e em integração com os colegiados regionais de suporte, organização e capacitação. O programa deverá conscientizar a todos que a coleta seletiva com catadores é mais eficiente e tem custos menores e também promover ações para que haja o reconhecimento de todos os segmentos da sociedade da importância do trabalho do catador de forma que as pessoas fiquem felizes com o trabalho que os catadores de recicláveis fazem por São Paulo e com seus resultados concretos.

-Envolver as pessoas nos ideais da economia solidária e da sustentabilidade.

-Conferir uma destinação ambientalmente sustentável à matéria orgânica, ou seja, destinar para compostagem e criação de central de compostagem operadas ou não por catadores.

-Envolver os movimentos de jovens para apoiar a coleta seletiva e os catadores.

-Promover a cultura do consumo consciente e sustentável, procurando reduzir ao máximo, diariamente a geração de resíduos sólidos.

Propostas para as Empresas

Investir nas cooperativas e associações.

Ampliação do parque nacional de indústrias recicladoras.

Comprar os materiais das cooperativas e na lógica do comércio e preço justos.

Aumentar o uso de matéria-prima reciclada no seu processo produtivo.

8. Instituições que assinam a Agenda de Ações

Associação Franquia Solidária – AFRAS

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES

Associação Brasileira do Alumínio – ABAL

Associação Magnalia Dei

Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro – ABIVIDRO

Banco do Brasil

BR+10

CAMARE

Centro de Estudos da Metrópole

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB

Coop-Reciclável

COOPAMARE

Cooperação

Cooperal

Cooperativa Granja Julieta

Cooperativa Granja Julieta

Cooperativa Reciclável

Coopercose

Coopercose

Coopere

Coopere

Cooperviva Bem

Cooperviva Bem

Forum Lixo e Cidadania. do Estado de São Paulo
Fórum Zona Leste
Fundação Getúlio Vargas
Fundação Nacional de Saúde – FUNASA
Instituto Agora em Defesa do Eleitor
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC
Instituto ECOAR
Instituto ECOFUTURO
Instituto Ethos, Empresas e Responsabilidade Social
Instituto GEA
Instituto Pólis
Jornal O Estado de São Paulo
METARECICLAGEM
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Movimento de Defesa do Favelado
Movimento de População de Rua
Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR
Movimento Nossa São Paulo
NATURA
Organização de Auxílio Fraternal – OAF
PANGEA
Peabiru
Plastivida
Recicla Morumbi
REDE 21 São Paulo
Rede CataSampa
Subprefeitura AS
Revista Sustentabilidade
Rogério Guimarães (CooperBrasil)
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo
Sempre Verde
SESC Itaquera
Sociedade Ambiental Leste
Tetrapak
Uma Paz
Unifesp